

# Sarney condena corrida armamentista dos ricos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney criticou ontem, com veemência, as grandes superpotências por continuarem "a ignorar as obrigações políticas e jurídicas que formalmente assumiram para a reversão da carreira armamentista, com a conseqüente redução do desperdício de recursos de que tantos se encontram tão carentes". Este foi o recado de Sarney às nações mais desenvolvidas, lido ontem pela manhã em Genebra pelo embaixador Celso Antônio de Souza e Silva, em sua pos-

se na presidência da Conferência do Desarmamento.

"Com essa preocupação, que acredito compartilhada por todos, é que estabeleci a segunda das prioridades da política externa brasileira: uma ordem econômica justa e que se reflita, desde já, em procedimentos equitativos no encaminhamento da crise da dívida" — escreveu ainda o presidente Sarney na mensagem transmitida por Souza e Silva. Esta é a primeira vez que o Brasil preside a Conferência do Desarmamento, cargo ocupado, em rodízio, pelos 40 países membros.

## Um trilhão de dólares

É a seguinte a íntegra da mensagem do presidente Sarney lida em Genebra:

"No momento em que a cabe ao Brasil, no corrente mês de abril, a honra de presidir a Conferência do Desarmamento, desejo reiterar de maneira formal e solene o compromisso do meu governo com os esforços e propósitos do único foro multilateral com mandato da comunidade internacional para negociar medidas e acordos que interessam vitalmente à paz e à segurança de todos os países.

Este é o mesmo compromisso que o Brasil assumiu há um quarto de século, quando se instituiu o Comitê do Desarmamento de 18 nações, do qual fazíamos parte. Desde então, temos mantido com absoluta fidelidade a mesma linha de conduta.

Em recente reunião com todos os ministros de Estado de meu governo, a 20 de fevereiro passado, quando expus as diretrizes básicas da atual administração, estabeleci as prioridades da nossa política exterior, a primeira das quais está formulada nos seguintes termos: 'O desarmamento e a distensão, para os quais o Brasil dará uma contribuição inspirada em sua tradição de conciliação, equilíbrio e realismo'.

Estou certo de que esta prioridade está em consonância com as apreensões e anseios, não somente dos 40 governos membros desse ilustre foro, mas também de todos os povos do mundo. Nem poderia ser de outra maneira. Enquanto uma porção expressiva da humanidade se alimenta com pouco mais do que a esperança de poder sobreviver, as des-

pesas militares anuais, diretas e indiretas, aproximam-se da casa de um trilhão de dólares, acrescentando dobrada ameaça à sobrevivência de todos. Enquanto países em vias de desenvolvimento, como o Brasil, enfrentam sacrifícios severos, inclusive do seu ritmo ideal de crescimento, a fim de honrar e saldar os seus compromissos internacionais, os mais ricos e superarmados continuam a ignorar as obrigações políticas e jurídicas que formalmente assumiram para a reversão da carreira armamentista com a conseqüente redução do desperdício de recursos de que tantos se encontram tão carentes.

Com essa preocupação, que acredito compartilhada por todos, é que estabeleci a segunda das prioridades da política externa brasileira: "Uma ordem econômica justa e que se reflita, desde já, em procedimentos equitativos no encaminhamento da crise da dívida".

Já se prolongam em demasia situações de fato que só tendem a agravar as discrepâncias de riqueza e poder entre as nações. Impõe-se a reversão dessas tendências e das expectativas negativistas que as alimentam. O Brasil saudou a retomada das negociações bilaterais entre os Estados Unidos e a União Soviética e tomou nota com satisfação do objetivo comum dos seus respectivos líderes de que a humanidade, mais cedo ou mais tarde, deverá viver livre das armas nucleares. Sem abrir mão do nosso direito de opinar e participar de decisões tomadas pelas grandes potências que possam afetar os nossos interesses, acompanhamos com atenção crescente as propostas e contrapropostas que procuram

aproximar as posições conflitantes, sobretudo das nações mais fortemente armadas.

De nossa parte, e de acordo com os nossos meios, não temos poupado esforços, nem evitado compromissos que possam contribuir para entendimentos e, particularmente, para o alargamento das áreas em que a arma nuclear deverá ser totalmente banida.

Fizemos a opção em favor da sua proscrição no território nacional e, posteriormente, assinamos e ratificamos o tratado para proscrição de armas nucleares na América Latina. Mais recentemente, na abertura dos trabalhos da 40ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro último, tive a oportunidade de propor a extensão daquela proibição ao Atlântico Sul, quando declarei que 'o Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões'.

Os vossos esforços conjuntos em busca de objetivos comuns, elevando os interesses coletivos da comunidade internacional acima dos interesses transitórios e particulares de cada um, permitirão que se cumpram finalmente as relevantes tarefas que vos foram confiadas.

Com esses propósitos em vista, e com genuíno espírito de cooperação, em nome do governo brasileiro formulamos os melhores votos para o êxito dos trabalhos presentes e futuros da Conferência do Desarmamento".